### SECRETARIA EXECUTIVA

Saúde Mental nas grandes cidades (incluindo regiões metropolita-

Considerando a necessidade de reforçar a rede de atenção à

Considerando as orientações contidas na Portaria nº 336/GM/MS, de 19 de fevereiro de 2002, que define e caracteriza as modalidades dos Centros de Atenção Psicossocial na rede SUS;

Considerando a Portaria nº 130/GM/MS, de 26 de janeiro de 2012, que redefine o Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e Outras Drogas 24h (CAPS AD III);

Considerando a necessidade de aperfeiçoamento e adequação do modelo de atenção oferecida pelo SUS aos usuários de álecol e outras drogas e de estruturação e fortalecimento de uma rede de assistência centrada na atenção comunitária, associada à rede de serviços de saúde e sociais, com ênfase na reabilitação e reinserção

Considerando a Portaria nº 3.089/GM/MS, de 23 de dezembro de 2011, que dispõe sobre o financiamento dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS);

Atençao Esteossocial (CAF3);
Considerando a Portaria nº 1.966/GM/MS de 10 de Setembro de 2013, que altera os incisos III e VI do art. 1º da Portaria nº 3.089/GM/MS, de 23 de dezembro de 2011.
Considerando a Portaria GM nº 664, de 23 de abril de 2013,

que aprova o Plano de Ação da Rede de Atenção Psicossocial do Estado de Minas Gerais e Municípios;

Considerando a documentação apresentada pelos Estados solicitando a habilitação dos Centros de Atenção Psicossocial e a correspondente avaliação pelo Departamento de Ações Programáticas Estratégicas - Coordenação-Geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas - SAS/MS, resolve:

Drogas - SAS/MS, resolve:
Art. 1º Ficam habilitados os Centros de Atenção Psicossocial, a seguir relacionados, para realizar os procedimentos específicos previstos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses
e Proteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde -SUS:

	UF	Tipo	Plano inter-	CNES	CGC/ CNPJ	Municí-	IBGE	Gestão
İ	RN	CAPS		7858612	18.325.678/0001-00	Touros	241440	Municipal

Art. 2º Fica alterada a classificação anterior e habilitado, a contar da publicação deste ato, o Centro de Atenção Psicossocial a seguir relacionado, para realizar os procedimentos específicos pretos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde - SUS:

UF	Tipo	Plano inter-	CNES	CGC/ CNPJ	Município	IBGE	Gestão
		no					
PR	CAPS	RSM-RSME	3468445	09.309.271/0001-	Jacarezinho	411180	Municipal
	II			06			

Art 3°. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

# Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União

## GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO

Em 22 de dezembro de 2016

Processo nº 00190.024513/2008-81

No exercício das atribuições a mim conferidas pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, com a redação dada pela Lei 13.341, de 29 de setembro de 2016, e pelo art. 87, IV da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, adoto, como fundamento deste ato, as razões contidas no Despachos nº 00691/2016/CONJUR-CGU/CGU/AGU, aprovado pelo Despacho nº 0064/2016/CONJUR-CGU/CGU/AGU do Consultor Jurídico deste Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União.

Ressalto que a peticionária HABRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA cumpriu o prazo mínimo de dois anos da aplicação da sanção e não tem, nesta presente esfera administrativa e no contrato que gerou a condenação, danos a ressarcir, conforme registrado nos presentes autos. Ademais, considerando a independência e não vinculação das esferas administrativa e judicial, a reabilitação administrativa em nada condiciona ou prejudica o objeto das ações judiciais em curso.

Ante o exposto, decido DEFERIR o pedido de reabilitação

da empresa HABRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LT-DA (CNPJ: 36.755.379/0001-97), haja vista cumpridos os requisitos do inciso IV, do art. 87, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

TORQUATO JARDIM

## PORTARIA Nº 2.418, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO - CGU, no exercício das atribuições previstas no art. 23 do Anexo I do Decreto nº 8.910, de 22 de novembro de 2016, e conforme disposto na Portaria nº 1.309, de 15 de julho de 2013, do Ministro da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, resolve: Art. 1º Fica instituído o modelo de gerenciamento de riscos no âmbito do Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à Corrupção na Gestão Pública Brasileira - PROPREVINE do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU)

onsiderando os seguintes componentes:

- a) ambiente interno;
   b) fixação de objetivos;
- c) identificação de eventos;
   d) avaliação de riscos;

- e) resposta a risco; f) atividades de controle;
- g) informações e comunicações;
   h) monitoramento.
- n) monitoramento.

  §1º São de responsabilidade da alta administração as medidas e controles necessários ao fortalecimento do ambiente interno.

  §2º Os objetivos a serem considerados no gerenciamento de riscos do PROPREVINE são compostos pelos objetivos constantes no mapa estratégico da CGU, pelas entregas previstas no Plano Operacional Anual e pelos compromissos assumidos na Matriz de Resultados e Produtos do PROPREVINE.
- Produtos do PROPREVINE.

  §3º São de responsabilidade da Coordenação-Geral do Programa as medidas e os controles necessários à identificação de eventos, à avaliação de riscos, à resposta ao risco, às atividades de controle conforme fluxo constante no Anexo I.

  §4º O Comitê de Coordenação Estratégica realizará o monitoramento considerando as informações e comunicações prestadas pela Coordenação-Geral do Programa conforme fluxo constante no Anexo I.

  Art. 2º Os riscos devem ser avaliados considerando a probabilidade, o impacto e o efeito dos controles existentes a partir da
- metodologia constante do Anexo II. §1º Ao final do processo de avaliação da probabilidade e do impacto, os riscos serão classificados a partir da metodologia constante
- do Anexo III.
- §2º Após a classificação preliminar, será considerado o efeito dos controles existes que pode ensejar a revisão da classificação e das medidas e controles a serem adotados.
  - §3º Os riscos serão classificados nas categorias aceitável, inesperado, provável, inaceitável.

  - 83º Os fiscos serao crassilicados has caregorias acenavei, inesperado, provavei, macenavei. §4º Serão tolerados os riscos aceitáveis.
    §5º Os demais riscos serão tratados em ordem de prioridade por inaceitável, provável e inesperado.
  - §6º Serão aceitas as seguintes formas de tratamento de risco:
  - a) evitar;
  - b) transferir/compartilhar;
- O reduzir/tratar.

  Art. 3º Para cada risco a ser tratado deve ser estabelecida a resposta apropriada considerando o responsável, a autoridade, o consultado e o informado a partir da metodologia constante do Anexo IV. §1º O responsável é a área ou servidor que deve conduzir resposta ao risco.

  - \$\frac{32}{2}\$ A autoridade é a área ou servidor que aprova a resposta ao risco.
    \$\frac{32}{2}\$ A consultado é a área ou servidor que é essencial para implementação da resposta ao risco.
- \$4° O informado é a área ou servidor que deve ser notificado da resposta ao risco. Art. 4° O plano de gestão de riscos do PROPREVINE deve ser elaborado até 31.12.2016 a fim de orientar as medidas a serem adotadas seguinte. no ano
  - Parágrafo único. A partir do ano de 2017, o plano de gestão de riscos do PROPREVINE será atualizado considerando:
    - a) o cenário externo;
    - b) o ambiente interno da CGU:
- o os controles implementados, suspensos ou inexistentes.

  Art. 5º A Coordenação-Geral do PROPREVINE enviará relatórios semestrais ao Comitê de Coordenação Estratégica ou responderá as requisições deste.
- Parágrafo único. A atualização da categorização dos riscos em função das medidas implementadas será validada nos relatórios semestrais Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

WAGNER DE CAMPOS ROSARIO

# ANEXO I - FLUXO DO GERENCIAMENTO DE RISCOS NO ÂMBITO DO PROPREVINE

FASES	Descrição			
1ª Identificação de eventos	A partir das fontes de informação serão identificados os riscos. Os riscos podem ser identificados a partir: (i) das			
<u> </u>	fraquezas e ameaças; (ii) outras fontes.			
2ª Avaliação dos riscos	Após identificar os riscos e considerando: os objetivos estratégicos da CGU relacionados ao PROPREVINE, às entregas do Plano Operacional Anual, aos indicadores e entregas constantes na Matriz de Resultos e Produtos de PROPREVINE, será realizada uma análise qualitativa de probabilidade em uma escala de 1 a 5, uma análise qua litativa do impacto em uma escala de 1 a			
	5.Da comparação entre a probabilidade e o impacto será elaborada a matriz de probabilidade e impacto e a respectiva categorização preliminar dos riscos. Para a categorização final deve ser considerado o fator dos controles existentes.			
3ª Resposta ao Risco	Para os riscos das categorias: inaceitável, inesperado, provável devem ser adotadas uma das seguintes medidas: evitar, compartilhar/transferir ou reduzir/tratar.			
4ª Atividades de Controle	Corresponde à implementação e execução das medidas indicadas na matriz de riscos.			
5ª Informação e Comunicação	Corresponde ao envio de relatórios ao Comitê de Coordenação Estratégica nos prazos estipulados ou mediante requisição.			
6ª Monitoramento	Corresponde à fase de tomada de conhecimento pelo Comitê de Coordenação Estratégica quanto à execução do PROPREVINE com os respectivos encaminhamentos.			

## ANEXO II - ESCALAS QUALITATIVAS DE PROBABILIDADE E IMPACTO

## Escala de Probabilidade

Classificação	Descrição	Peso
Muito Baixa	Evento extraordinário.	1
Baixa	Evento casual, inesperado. Existe histórico de ocorrência.	2
Média	Evento esperado de frequência reduzida. Histórico parcialmente conhecido.	3
Alta	Evento usual de frequência habitual. Histórico amplamente conhecido.	4
Muito Alta	Evento que se repete seguidamente. Interfere no ritmo das atividades.	5

## Escala de Impacto

Classificação	Descrição	Peso
Muito Baixa	Evento extraordinário.	1
Baixa	Evento casual, inesperado. Existe histórico de ocorrência.	2
Média	Evento esperado de frequência reduzida. Histórico parcialmente conhecido.	3
Alta	Evento usual de frequência habitual. Histórico amplamente conhecido.	4
Muito Alta	Evento que se repete seguidamente. Interfere no ritmo das atividades.	5

### ISSN 1677-7042

#### ANEXO III - CATEGORIZAÇÃO DOS RISCOS

Escala de probabilidade versus impacto antes da aplicação do fator "efeito dos controles existentes"

Categoria	Relação de Probabilidade e Impacto	Produto da Probabilidade versus Impacto na Matriz (Área de Risco)	Tipo de Risco
Categoria I	Probabilidade 2 e Impacto 5; Probabilidade 3 e Impacto 4; Probabilidade 3 e Impacto 4; Probabilidade 3 e Impacto 5; Probabilidade 4 e Impacto 4; Probabilidade 4 e Impacto 4; Probabilidade 5 e Impacto 2; Probabilidade 5 e Impacto 3; Probabilidade 5 e Impacto 3; Probabilidade 5 e Impacto 3; Probabilidade 5 e Impacto 4; Probabilidade 5 e Impacto 5	9 a 25	Inaceitável
Categoria II	Probabilidade 3 e Impacto 1; Probabilidade 4 e Impacto 1; Probabilidade 5 e Impacto 1; Probabilidade 2 e Impacto 2; Probabilidade 3 e Impacto 2; Probabilidade 4 e Impacto 2.	3 a 8	Provável
Categoria III	Probabilidade 1 e Impacto 3; Probabilidade 1 e Impacto 4; Probabilidade 1 e Impacto 5; Probabilidade 2 e Impacto 3; Probabili- dade 2 e Impacto 4.	3 a 8	Inesperado
Categoria IV	Probabilidade 1 e Impacto 1; Probabilidade 2 e Impacto 1; Probabilidade 1 e Impacto 2.	1 a 2	Aceitável

Escala de definição do fator do "efeito dos controles existentes"

Fator do "Efeito dos Controles Existentes"	Descrição			
Inexistente	Ausência completa ou desconhecimento quanto à existência dos controles pelos responsáveis pelo	1,0		
	processo.			
Fraco	Em desenvolvimento. Sem aplicação efetiva.	0,8		
Mediano	Formalizado, conhecido e adotado na prática. Pode ser aprimorado.	0,4		
Forte	Mitiga os riscos em todos os seus aspectos. Sem falhas detectadas.	0,1		

Escala de probabilidade versus impacto após a aplicação do fator "efeito dos controles existentes"

		Tipo de Risco		
Categoria	Categoria Resultado do fator "efeito dos controles existentes" versus o produto da Probabilidade versus Impacto na			
- C	Matriz (Área de Risco x Fator)			
Categoria I	9 a 25	Inaceitável		
Categoria II	Categoria II 2,1 a 9 (com probabilidade residual maior ou igual a 2)			
Categoria III	Categoria III 2,1 a 9 (com probabilidade residual menor que 2)			
Categoria IV	Categoria IV 1 a 2			

### ANEXO IV - MATRIZ DE RESPOSTA AO RISCO

Descrição Tipo de Controle Áreas ou Servidor Papel 1, 2, 3 Descrição Provável, Inesperado, Preventivo, concomitan-Responsável; Autoridade; C	Ordem	Risco	Categoria	Ações Mitigadoras - Controles e Medidas			
1, 2, 3 Descrição Provável, Inesperado, Preventivo, concomitan- Responsável; Autoridade; C				Descrição	Tipo de Controle	Áreas ou Servidor	Papel
Aceitável te ou a posteriori tado: Informado	1, 2, 3	Descrição					

## Ministério de Minas e Energia

### AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

# DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE Em 19 de dezembro de 2016

Nº 3.331 Processo nº 48500.003540/2011-00. Interessado: Águas do Oeste Geração Elétrica S.A. Decisão: registrar a adequabilidade aos estudos de inventário e ao uso do potencial hidráulico do Sumário Executivo (DRS-PCH) da PCH Águas de Ouro, com 10.700 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.SC.037302-8.01, localizada no rio Do Peixe, integrante da sub-bacia 72, na bacia hidrográfica do Rio Uruguai, no município de Ouro e Capinzal, no estado de Santa Carina. A integra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

## Em 20 de dezembro de 2016

Nº 3.345 Processos nº 48500.005622/2014-23 e 48500.000429/2015-87. Interessados: Optigera S.A., VOTENER - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda., Lesus Pereira do Nascimento e Maria Eugenia Santos Pereira e Tradener Ltda., Lausimar Aparecida Lóbo Arruda, Énio Rincon Arruda, Euclides Barbosa da Silva, Maura Rodrigues da Silva, Giovana Maria Rincon Gonçalves Lóbo e Guilherme Rodrigues Lóbo. Decisão: (i) hierarquizar em primeiro lugar como interessado na implantação e exploração da PCH COR 108, CEG PCH-PH.GO.035591-7.01, Tradener Ltda., Lausimar Aparecida Lóbo Arruda, Enio Rincon Arruda, Euclides Barbosa da Silva, Maura Rodrigues da Silva, Giovana Maria Rincon Gonçalves Lóbo e Guilherme Rodrigues Lóbo; e (ii) revogar o Despacho nº 4.484, de 18 de novembro de 2014. A integra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 3.346 Processo nº 48500.000429/2015-87. Interessado: Tradener Ltda., Lausimar Aparecida Löbo Arruda, Énio Rincon Arruda, Euclides Barbosa da Silva, Maura Rodrigues da Silva, Giovana Maria Rincon Gonçalves Löbo e Guilherme Rodrigues Löbo. Decisão: registrar a adequabilidade aos estudos de inventário e ao uso do potencia hidráulico do Sumário Executivo (DRS-PCH) da PCH COR 108, com 30.000 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.GO.035591-7.01, localizada no rio Corumbá, integrante da sub-bacia 60, na bacia hi-

drográfica do rio Paraná, nos municípios de Pires do Rio e Urutaí, no estado de Goiás. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontrase disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 3.352 Processo nº 48500.001431/2010-69. Interessado: Anhambi Nº 3.52 Processo nº 4850001451/2010-09. Interessado: Annamol Alimentos Norte Ltda. Decisão: I) registrar a adequabilidade ao uso do potencial hidráulico do Projeto Básico da Pequena Central Hidrelétrica Beleza, com 6.500 kW de potência instalada, cadastrada sob o Código Único de Emprendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.MT.037309-5.01, localizada no córrego Beleza, integrante da sub-bacia 66, na bacia hidrográfica do rio Paraná, no município de Jucimeira, estado do Mato Grosso; II) informar que o prazo para a apresentação da documentação de outorga é de 60 dias a contar da apresentação de telescribações de consecuente de la REN nº 673/2015; e III) homologar os parâmetros necessários ao cálculo da garantia física da PCH Beleza. A integra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

## Em 22 de dezembro de 2016

Nº 3.369 Processos nº 48500.005632/2014-69 e 48500.000425/2015-Nº 3,509 Processos nº 48500,000363/2014-09 e 48500,000425/2017-07. Interessados: Optigera S.A., VOTENER - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. e João Roberto de Arruda Sampaio e Tradener Ltda., Giovana Maria Rincon Gonçalves Lôbo, Guilherme Rodrigues Lôbo, Edison Alves de Brito e Terezinha das Graças Brito. Rodrigues Lobo, culsoli Aives de Brito e ferezinita das Oraças Britos Decisão: (i) hierarquizar em primeiro lugar como interessado na implantação e exploração da PCH COR 113, CEG PCH.PH.GO.035592-5.01, Optigera S.A., VOTENER - Votroratim Comercializadora de Energia Ltda. e João Roberto de Arruda Sampaio; e (ii) revogar os Despachos nº 366, de 12 de fevereiro de 2015 e nº 2.740, de 20 de agosto de 2015. A íntegra deste Despacho consta dos autos e en-contra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblio-

 $N^{\rm o}$  3.374 Processo  $n^{\rm o}$  48500.005632/2014-69. Interessado: Optigera S.A., VOTENER - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. e S.A., VOI ENER - Votorantim Comercializadora de Lenergia Lida. e João Roberto de Arruda Sampaio Decisão: registrar a adequabilidade aos estudos de inventário e ao uso do potencial hidráulico do Sumário Executivo (DRS-PCH) da PCH COR 113, com 30.000 kW de Po-tência Instalada, cadastrada sob o Código Unico de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.GO.035592-5.01, localizada no rio Corumbá, integrante da sub-bacia 60, na bacia hidrográfica do rio Paraná, nos municípios de Urutaí e Pires do Rio, no estado de Goiás. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca. Em 23 de dezembro de 2016

Nº 3.379 Processos nº 48500.005621/2014-89 e 48500.000438/2015-78. Interessados: Optigera S.A., VOTENER - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. e João Roberto de Arruda Sampaio e Tradener Ltda, Norma Santinoni Vera e Francisco Manoel da Rocha Pombo Vera Filho. Decisão: (i) hierarquizar em primeiro lugar como interessado na implantação e exploração da PCH COR 118, CEG PCH.PH.GO.035590-9.01, Optigera S.A., VOTENER - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. e João Roberto de Arruda Sampaio; e (ii) revogar o Despacho nº 476, de 25 de fevereiro de 2015. A integra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereco eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca. endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 3.380 Processo nº 48500.005621/2014-89. Interessado: Optigera S.A., VOTENER - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. e João Roberto de Arruda Sampaio Decisão: registrar a adequabilidade aos estudos de inventário e ao uso do potencial hidráulico do Sumário Executivo (DRS-PCH) da PCH COR 118, com 30.000 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o Código Unico de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.GO.035590-9.01, localizada no rio Corumbá, integrante da sub-bacia 60, na bacia hidrográfica do Rio Paraná, nos municípios de Pires do Rio e Urutaí, no estado de Goiás. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

### HÉLVIO NEVES GUERRA

### SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

# DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE Em 23 de dezembro de 2016

Decisão: Liberar as unidades geradoras constantes nos des pachos abaixo para início de operação comercial a partir do dia 24 de dezembro de 2016.

Nº 3.382. Processo nº 48500.005047/2014-69. Interessados: Ventos de Santo Augusto VIII Energias Renováveis S.A. Usina: EOL Ventos de Santo Augusto VIII. Unidades Geradoras: UG1 a UG8, de 2.300 kW cada, totalizando 18.400 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Simões, Estado do Piauí.

Nº 3.383. Processo nº 48500.001809/2011-13. Interessados: Cooperzem Cooperativa de Geração de Energia e desenvolvimento -Cooperzem Geração. Usina: PCH Volta Grande. Unidades Geradoras: UGI e UG2, de 1.565 kW cada uma, totalizando 3.130 kW de capacidade instalada. Localização: Municípios de São Bonifácio e São Martinho, Estado do Santa Catarina.

As integras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

### ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO

### SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

#### DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE Em 12 de dezembro de 2016

Nº 3.230. Processos nº: 48500.003260/2011 e 48500.003007/2016. Nº 3.230. Processos nº: 48500.003260/2011 e 48500.003007/2016. Interessada: Iguaçu Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. Decisão: conhecer o pedido de reconsideração apresentado pela Interessada e diante de suas alegações, anular o Auto de Infração nº 038/2016-SFF/ANEEL, face as partes não terem sido consideradas como partes relacionadas pelo Parecer nº 384/2016-PGE/ANE-EL/PGF/AGU. A integra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

## Em 9 de dezembro de 2016

Nº 3.231. Processo nº: 48500.003260/2011. Interessada: Iguaçu Dis N° 3.231. Processo nº: 48500.003260/2011. Interessada: Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda. Decisão: conhecer o pedido de reconsideração apresentado pela Interessada e diante de suas alegações, anular o Auto de Infração nº 034/2016-SFF/ANEEL, face as partes não terem sido consideradas como partes relacionadas pelo Parecer nº 384/2016-PGE/ANEEL/PGF/AGU. A integra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

## Em 22 de dezembro de 2016

Nº 3.370. Processo nº 48500.004608/2016-04. Interessada: Light IN 3.70. Processo nº 48500.004008/2016-04. Interessadas: Lignt Energia S.A. Decisão: Anuir ao pleito da Interessada para a celebração do Contrato de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção (O&M) da PCH Lajes com sua parte relacionada Lajes Energia S.A., no valor global de R\$ 2.201.183,16 (dois milhões, duzentos e um mil, cento e oitenta e três reais e dezesseis centavos), pelo prazo de 48 (quarenta e oito) meses. A integra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblio-

Nº 3.376. Processo nº: 48500.001995/2012-63. Interessado: CEB DISTRIBUIÇÃO S.A - CEB-D. Decisão: conhecer do recurso interposto pela CEB D, em face do Auto de Infração nº 1007/2016-SFF, de 14 de outubro de 2016, e, no mérito, reconsiderar parcialmente, reduzindo a multa total para R\$ 1.969.611,64 (um milhão novecentos e sessenta e nove mil, seiscentos e onze reais e sessenta e quatro